



EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO COMO GARANTIA DE POLITICA PÚBLICA PARA OS CAMPELINOS: UMA PAUTA NA LUTA DO MST

Joel Severino da Silva¹

RESUMO: O presente artigo discute a educação do campo como um dos instrumentos de luta do MST, para garantia da fixação e da valorização do campestre, que se contrapõe ao modelo de educação hegemônica instaurado no Brasil a serviço de uma proposta eminentemente política e econômica. Faz uma abordagem panorâmica de como a educação do campo fora pensada e estruturada historicamente, arraigada numa construção latifundiária e urbanística, que se consolida, sobretudo, em meados do século XX, baseado numa proposta de desenvolvimento social e econômico. Em função disto, o estado prioriza muito mais a educação urbana, enquanto que a rural é negligenciada neste modelo excludente de sociedade. Diante deste processo, o MST (Movimento dos Sem Terras) se mobiliza, em luta pela posse da terra e valorização de suas representações culturais e simbólicas e toma como bandeira de luta a reforma agrária e o acesso a uma educação que valorize suas especificidades. Sendo assim, este trabalho se sustenta no respaldo metodológico da teoria e análise do discurso, cujo objetivo é analisar do ponto de vista histórico a posição de sujeito e o lugar por eles ocupado. Neste sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre a história das políticas públicas da educação do campo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Reforma agrária; Conjuntura política; Educação hegemônica.

INTRODUÇÃO

Historicamente a educação do campo no Brasil foi tratada pelo estado com menos prestígio que a urbana, decorrente de uma conjuntura política e latifundiária que priorizou políticas da produção de produto de exportação, pondo o homem do campo em desestabilidade comercial, ficando limitado à produção de pequena escala familiar criando uma situação de abandono da terra. Neste embate, a reforma agrária, objeto primário da luta do MST, compreende que para desenvolver um movimento de luta consistente, precisa de um modelo de educação que atenda as singularidades do camponês e corrobore no processo de

¹Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE. Email. Possui participação do PIBIC/UFPE/CNPQ. “RELIGIÕES AFRO- BRASILEIRAS E DIVERSIDADE RELIGIOSA: como as escolas estaduais e municipais de Recife discutem o lugar do negro no currículo da disciplina de ensino de História da África”, orientado pela Profª. Drª Aurenéa Maria de Oliveira. Atualmente monitor da disciplina de Didática na mesma instituição.

luta pela posse da terra. O MST não luta só por questões materiais, mas de igual modo pelo fortalecimento social. Se articulando entorno de um projeto de cidadania política e econômica. E enxerga na educação a possibilidade de consolidação de suas ideologias. Segundo Filho (2009) a educação do campo é imprescindível na efetivação da luta pela terra. Neste sentido o Movimento dos Sem Terra compreende que a educação não encerra na escola, mas que ela é um fenômeno social e cultural, por esta razão estar sempre mobilizando debates, reuniões etc. De modo a empoleirar as mulheres e os homens do campo e da floresta na luta política por justiça social, como podemos compreender na literatura bem, como na ida a campo conversando com liderança do Movimento.

A começar pela posse das terras roubadas pelos grandes latifundiários, ao longo dos anos dentro da organização social instaurada no Brasil. Onde o estado, para fortalecer esta política investiu, sobretudo, em meados do século XX no desenvolvimento urbano, inevitavelmente estimulando a migração dos campestres aos grandes centros urbanos para mão de obra operária. É importante destacar neste episódio as políticas de educação pensada e instaurada no país que segundo Silva (2014) configura duas faces e uma realidade social.

Fazendo uma retrospectiva histórica há de se perceber, que a educação do campo sempre esteve inibida pelos poderes políticos e empresariais. Contudo, as tentativas tímidas de mudanças começam emergir a partir do início do século XX por alguns intelectuais que defendiam uma educação que atendesse o homem do campo, assim como o da cidade, questionando uma educação elitizante e hegemônica. Tentativas que por sua vez não conseguiu muita coisa do ponto de vista da valorização intelectual do sujeito rurícola por muitos anos. No muito, não tem conseguido para além da alfabetização, e formação técnica elementares, cuja formação não garantiu uma política construtiva do sujeito crítico e emancipatório, mas para o fortalecimento das desigualdades sociais e econômicas entre campo/cidade. Embora, não deixemos de elucidar algumas políticas públicas imprescindíveis conquistadas pelo movimento e avanços lentos do estado no século XXI. Assim, o que se pretende aqui é observar a luta, sobretudo, do MST frente a esta realidade histórica.

OBJETIVOS

- Analisar as políticas públicas para educação do campo sob o olhar do MST;
- Identificar o porquê da proposta de educação do MST;

- Compreender como se configurou a proposta educacional do campo, na luta pela reforma agrária do MST e sua relação política com Estado (União) e os latifundiários.

METODOLOGIA

O presente trabalho faz uma discussão da educação do campo sob o olhar da luta do MST. Buscando compreender as motivações deste movimento para inserir na luta pela posse da terra, a luta pela educação. A metodologia optada para efetivação da pesquisa foi consubstanciada na pesquisa bibliográfica. A partir de duas dissertações de mestrado, uma publicada na Paraíba e outra no Paraná, um livro publicado pelo MST que discute as políticas públicas no campo e artigos que nos ajudou a compreender esta construção. Num primeiro momento foi levantado um quantitativo de artigos que discutem tal temática, embora nem todos pudessem oferecer ferramentas e caminhos para compreender esta construção. Neste caso, foram selecionados aqueles cujas linhas interpretativas seguem as propostas inferidas nos objetivos do presente trabalho. Visto que segundo Gil (2006) a pesquisa bibliográfica, dá condições ao pesquisador de ampliar suas possibilidades de compreender determinados fenômenos.

Também realizamos visitas num assentamento localizado no município de Vicência – PE, onde conversamos com líder do MST e do assentamento e aplicamos questionário semiestruturado. O assentamento será chamado de (assentamento A).

A abordagem adotada foi qualitativa, no propósito de observar as características do MST e suas relações educativas, na luta pela reforma agrária. A cultura do homem do campo e como os sujeitos envolvidos nesses processos compreendem seus próprios valores e a posição de sujeito ocupado dentro de um modelo hegemônico de sociedade, que colocou a população rural em condições de vulnerabilidades sociais e econômicas. Neste sentido, este artigo tem como meta, servir como um recurso a mais no debate sobre educação do campo e suas especificidades, buscando valorizar o homem do campo e questionar o porquê dos limites que impedem que a sociedade camponesa seja reconhecida e valorizada como protagonista de um projeto de nação.

Subsequentemente para conferir e analisar os dados bibliográficos consubstancia-se na teoria e análise do discurso de Ernesto Laclau a partir de Ferreira (2011). Também dialoga com Orlandi (2013) e uma ligeira leitura com Foucault para compreender a construção hegemônica da política educacional brasileira. Que tem valorizado muito mais a educação

urbana que a rural, construindo no homem campestre uma figura de sujeito pouco dotado de condições intelectuais. Que por sua vez foi reproduzindo uma ideologia da não valorização destes sujeitos e que esta hegemonização se deu em função de uma proposta de nação pensada no construtivismo urbano, isto é, em medidas de investimento capitalista nos grandes centros urbanos, sobretudo, em meados do século XX. Neste sentido este trabalho estabelece um diálogo desta realidade brasileira, tomada como bandeira de luta do MST, na luta pela reforma agrária.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Bernardo (2008) a reforma agrária não é benéfica para o modelo capitalista burguês brasileiro, uma vez que o país priorizou a política de valorização do latifúndio e do agronegócio. Que inevitavelmente corroborou para a grande mobilidade de massa a um processo de desapropriação da terra e conseqüentemente o fortalecimento do êxodo rural. Para viabilizar esta proposta nacional de desenvolvimento social e econômico, o estado foi construindo políticas educacionais com olhares diferenciados entre campo e cidade, criando uma disparidade sem pretendentes, onde a educação rural ficou limitada apenas a formação elementar, diga-se de passagem, apenas, a alfabetização. Por mais drástico que pareça, esta realidade no campo é diferente da educação urbana. Onde os jovens passam mais tempo na escola que os meninos e meninas rurícolas. Com base nos dados referentes à educação infantil oriundos da PNAD/2003, e referentes ao ensino fundamental e ensino médio tendo como fonte o MEC/INEP e IBGE/2000 diz Dourado (2005, p 15, 16) que:

A diferença entre os alunos da zona rural e urbana que permanecem no sistema educacional é notória. Atualmente 26,5% da população rural de mais de 10 anos tem menos de um ano de estudo, enquanto em zonas urbanas esse percentual é de 10,2%. Da população rural 55,5% têm menos de quatro anos de estudo contra 25,9% da população da zona urbana [...] (DOURADO 2005, P. 15, 16).

Criando uma cadeia reprodutiva deste quadro social, que por sua vez agrava outros setores da sociedade brasileira. Percebe-se, que não basta apenas fornecer conhecimento

básico ao camponês. Isto não é o bastante, uma vez que o país não tem construído ao longo desses anos uma educação de qualidade no campo, nem produzido condições sociais e econômicas favoráveis para permanência destes indivíduos na área rural, alias, o Brasil é um dos países cuja área agrária está voltada para produção de exportação e esta linha comercial não contempla os pequenos produtores. Este reflexo das desigualdades de políticas públicas tem gerado um binarismo na educação brasileira. Para viabilizar o modelo de sociedade pensada, sobretudo, em meado do século XX, se fez necessário expulsar os camponeses de suas terras, como aponta Oliveira (2010) em sua dissertação, ao afirmar que as ligas camponesas foram expulsas da Paraíba em 1964 em meados do século XX, Justamente na época do projeto de desenvolvimento urbano do país. Anos posteriores outras organizações foram se formando como os sindicatos rurais 1970, “só no fim dos anos 1980 e início de 1990 o MST iniciou suas primeiras mobilizações de luta pela terra no estado, e desde a sua primeira ocupação levantou a bandeira pela educação nos territórios conquistados” Oliveira (2010, p. 8).

A autora aponta na dissertação, que a organização agrária brasileira produz mecanismo de desigualdades sociais consolidada na concentração da terra. Neste sentido, o homem camponês encontra dois inimigos num mesmo espaço, a saber, latifundiário e agronegócio, que intensifica a desestabilidade do homem do campo por meio da exploração como diz Franco (2004 *apud* Oliveira 2010):

O modelo agrícola do país, baseado na modernização hegemônica pelo agronegócio, gera desemprego rural ao não absorver a força de trabalho expropriada, além de intensificar a própria expropriação dos pequenos produtores de suas terras. A combinação desses dois fatores responde pela superexploração e precarização dos trabalhadores no campo pelo capital e pela dominação política da população rural pelas oligarquias tradicionais (FRANCO, 2004, p. 62, *apud*, OLIVEIRA, 2010, p. 31, 32).

Diante disto, os camponeses desapropriados foram se articulando em prol da defesa da terra, que durante anos tem se firmado como um dos maiores movimentos social e mobilização política do país. Diante deste cenário político, Bernardo (2008) diz que a reforma agrária deve estabelecer uma política comum no âmbito da produção, no âmbito social, ambiental, cultural e educacional, cujo objetivo é assegurar a perpetuação de sua ideologia, uma vez que a cultura e a educação são ferramentas imprescindíveis para o conhecimento dos seus direitos, e “meios pelos quais lhes permita conhecer os complexos processos de conhecimento, embutidos nos processos de produção econômica, política e

cultural.” Bernardo (2008, p. 16). Mesmo o MST, tendo a educação como fio condutor deste processo de (RE) conhecimento de sua luta histórica, bem como de seus valores culturais, encontram muitas resistências por parte do governo como denuncia Filho (2009);

Todavia, as políticas públicas neste âmbito são consideradas incipientes porque este movimento ainda apresenta certa resistência por parte do governo. Entretanto, como o principal objetivo introduzir mudanças de ordem cultural e social, como operar em prol da diversidade, da heterogeneidade e da interação de minorias historicamente discriminadas e excluídas socialmente. (FILHO, 2009, P. 9).

É nítida, a realidade educacional rural brasileira, construída neste processo, diz Silva (2009), que mesmo o Brasil sendo um país eminentemente agrário, a educação do campo só começa ser pensada entre os 40 e 60 do século passado em função do pós-guerra e da crise de legitimidade política do estado, e a partir de jogos de interesses entre os capitalistas, os latifundiários e o estado. As dissertações de Oliveira (2010) na Paraíba e Filho (2009) no Paraná sinalizam realidades semelhantes no que diz respeito à realidade das escolas, mostrando que o fracasso escolar é legitimado por faltas de estrutura das escolas que se tornam inapropriadas, o que põe ameaça a estrutura educacional do MST.

Contudo, a nível nacional, algumas políticas públicas começaram a avançar lentamente no século XXI, entre estas políticas públicas temos o PRONACAMPO, criado em Fevereiro de 2013, Portaria nº 86 que em função de uma demanda emergente e do poder de reivindicação da massa camponesa, passa então a definir ações específicas buscando apoiar e garantir o direito à educação dos povos do campo e quilombola (Diário Oficial da União 2013). Ainda segundo o Diário citado, assinado por Aluizio Mercadante, assegura que o PRONACAMPO viabiliza outras políticas educacionais voltadas para os campestres. No Art. 1º está explícito:

Fica instituída a escola da terra como uma das ações do Programa Nacional de Educação do campo – Pronacampo, por meio da qual o Ministério da Educação, por intermédio da secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI/MEC e em regime de colaboração com estados, Distrito Federal e com as prefeituras municipais, reafirma e aprofunda o compromisso revisto no Decreto nº 7.352 de 04 de Novembro de 2010, de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 2013).

Segundo o texto do Diário da União aqui recortado, este trabalho de “educação do campo” é responsabilidade coletiva entre, Federação, estado e município.

Outras políticas adotadas a nível federal foram: adesão do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD Campo) para escola campo, garantida pela Resolução nº 40, de 26 de Julho de 2011; o Programa Saberes da Terra criado em 2005 em 12 unidades da federação em parceria entre as secretarias de educação das respectivas unidades federativas em consonância com representações estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação – UNDIME, visando desenvolver uma política que fortaleça à juventude campesina o acesso educacional

Essas ações não são dadas ao acaso, nem por determinação apenas de gabinete, mas uma resposta emergente do estado frente a uma realidade binária das desigualdades sociais entre jovens do campo e da cidade, assim, o Programa Pro jovem – Campo se fundamenta na seguinte justificativa:

Na faixa etária de 18 a 29 anos existem mais de 6 milhões de jovens agricultores. A desigualdade entre os níveis de escolaridade entre as pessoas que vivem no campo e os que vivem nas cidades está claramente demonstrada nas pesquisas populacionais e educacionais. Dados da PNAD de 2006 mostram que 1.641.940 jovens do campo (26,16%), não concluíram o primeiro segmento do ensino fundamental e 3.878.757 (61,80%) não concluíram a segunda etapa do ensino fundamental. Enquanto que para os jovens das cidades, esta média é de 18% e 30%, respectivamente. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, P. 9).

Ainda segundo o Ministério da Educação 2009 diz que de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, em 2000 29,8% da população do campo com 15 anos ou mais era analfabeta, enquanto que na área urbana o indicador era de 10,3%.

Essa discrepância se reverbera também no processo de ensino/aprendizagem, segundo o Panorama da educação no campo (2007) de acordo com os resultados de Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb) a desigualdade de rendimento de Português e Matemática nas turmas de 4ª a 8ª série é de 20% entre a escola do campo e da cidade. Mostrando que as políticas públicas tomadas até então estão longe de equalizar as injustiças sociais construídas no âmbito da política econômica, social e educacional em nosso país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constata-se no material analisado como referência, que a educação do/no campo esteve limitada a uma conjuntura política de envergadura econômica e que mesmo o MST, conseguindo uma proposta educativa para os assentados, esta educação sofre direta ou indiretamente obstáculo atravessado pelo discurso hegemônico do modelo vigente. E que a educação está limitada a uma estrutura social.

No material levantado em campo, com os parceiros/atores da pesquisa identificamos, que a ação do MST no assentamento (A) está atualmente com vários representantes envolvidos em cargos públicos, o que efetiva certo relaxamento no que diz respeito a mobilização educacional do movimento, que ainda não tem escola própria do movimento no assentamento. Neste sentido, as aulas acabam funcionando em um casarão localizado no assentamento, afirma o líder do assentamento (A).

Diante das informações observadas tanto, na literatura como n ainda a campo identificamos que, o fracasso escolar é legitimado por faltas de estrutura das escolas que se tornam inapropriadas como diz Filho (2009) e Oliveira (2010). Segundo Oliveira (2010) por meio do abandono se dá o fracasso escolar e Filho (2009) descreve que a educação do campo quando atendida pelo estado na década de 30 do século passado foi na verdade uma tentativa do estado em atender uma demanda social, neste caso, se antecipando pelo mecanismo de antecipação como diz Orlandi (2013). Segundo Ferreira (2011, p. 14) diz que para Laclau (2005) o campo social é uma guerra trincheiras, isto é, há sempre uma luta inconclusa em função de interesses, para isto, as ideologias discursivas pretendem legitimar a realidade educacional rural.

Percebe-se, no que foi apresentado acima, que tanto a dissertação de Silva (2011), quanto de Filho (2009) sinalizam a mobilidade do MST, na valorização cultural e simbólica dos campestres, tendo em vista a (RE) apropriação da, na melhoria da qualidade de vida. E toma a educação como instrumento de mecanismo de articulação e fortalecimento indenitário. Porém, observa-se ainda, que a narração feita neste trabalho, mostra uma estrutura política em torno de um ponto nodal, isto é, o latifúndio, agronegócio e MST, em disputa do mesmo objeto, ou seja, pela ocupação de terras agricultáveis. Que vai tecendo os elementos na prática articulatória tendo em vista a consolidação de significado, portanto, produzir sentido. O discurso hegemônico produzido a partir do século XX em torna do desenvolvimento agrário e capitalista no Brasil mobilizou os explorados da terra a se contraporem, a esta política excludente. Diante desta mobilização camponesa, o estado articulado aos latifundiários se vê na necessidade de criar políticas publicas para o campo,

sobretudo, no pós-guerra e na crise de legitimidade do estado entre os anos 40 e 60. Segundo Leineker e Abreu (2012) medidas foram tomadas no âmbito da educação ao longo dos anos segundo as necessidades e estruturas políticas vivenciada no estado brasileiro. Dentre elas estão por eles descritas, há saber: Comissão Brasileira de educação das Populações Rurais (CBAR); Associação de Créditos e Assistência Rural (ACAR atual EMATER), ambos criados nos anos 40 do século passado custeado pelo EUA, criado com o intuito de fornecer apenas conhecimentos elementares, cuja finalidade seria manter o homem no campo. “[...] Era preciso alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo” (Leite, 2002, p.30 apud Leineker e Abreu 2012, p. 3).

Isto mostra que as políticas públicas tomadas pelo estado, não se deu por vontade de colocar os camponeses dentro de uma proposta de desenvolvimento social, mas em função da conjuntura política vivida no país, que obriga o estado a se antecipar como diz Orlandi (2013), ainda segundo essa autora “esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (Orlandi 2013, p. 39).

Entretanto, isto não se dá de forma clara, nem tão pouco por vontade de igualar-se, mas isto se dá de forma estrutural, que dentro da perspectiva da teoria do discurso diz Ferreira (2011, p. 17) que “Esse deslocamento é imposto estruturalmente, quando sujeitos são confrontados com uma situação que desestabiliza o seu discurso, abre uma fissura e coloca a necessidade de novas articulações na busca da sutura”. Ou seja, esta realidade campo versos cidade construída no Brasil é o reflexo de um discurso Hegemônico construído historicamente. Que quando articulados só ampliam a cadeia de equivalência, isto é, pretende subverter o discurso em disputa, Oliveira e Lopes (2011, p. 34) afirmam que Laclau denomina de “significante vazio”, que permite a articulação dos elementos na cadeia de equivalência anulando momentaneamente as diferenças Oliveira e Lopes (2011) cuja finalidade é hegemonizar um sentido perdido. Isto acontece, quando um discurso tenta anular o outro em função de demandas particulares, como vimos no assentamento (A), onde muitos representantes do MST, estão ocupando espaços e posto de trabalho privilegiados, onde esta oportunidade conquistada, representa muito mais rompimentos com o MST do que com o estado. Desse modo, o estado vem tentando ao longo dos anos, frear o poder de articulação do MST, sem que este perceba claramente, que as ações e medidas tomadas pela estado quanto as políticas públicas para os camponeses esconde no fundo uma intencionalidade política de cunho conservador e hegemônico.

CONCLUSÕES

O MST compreende que uma proposta de reforma agrária concisa deve passar por uma proposta educativa nos assentamentos. No entanto, as conquistas do movimento embora importantíssimas na construção desta identidade, ainda precisam avançar do ponto de vista estruturais das escolas, para não reproduzir o fracasso escolar nem legitimar a educação urbana e hegemônica. Ficou constatado acima que a educação do campo não pode ser pensada como beneficente apenas aos rurícolas, mas a sociedade num todo. Não se pode jamais alimentar esta reprodução desigual da educação pondo nos grandes centros urbanos todo investimento educativo do país.

Ao analisar o percurso da trajetória da educação no Brasil, pode-se compreender que a educação do campo foi negada por muito tempo. Como vimos acima ela só aparece em pauta nas primeiras décadas do século XX. Pensada não como verdadeira política de transformação social, mas decorrente da conjuntura política da época. Constata-se também que as políticas públicas no âmbito da educação rural incrementada dos anos 40 aos anos 60 são provas claras desta realidade, num momento em que o país vivia uma tensão muito forte na esfera social e política, o que exigia do governo se antecipar frente á sociedade cívica e tomar medidas de controle e não de uma política educacional concisa idealizada como projeto de nação.

Desse modo, diz Bernardo (2008) que o MST não pode abrir mão do âmbito educacional e cultural. É necessário compreender, que esta realidade é discursiva, portanto, mesmo com as dificuldades estruturais e política as melhorias na educação do campo não é só uma utopia, mas uma realidade possível. Para tanto, se faz necessário, que a União, as unidades da federação e os municípios ampliem as políticas públicas para garantir qualidade de vida ao campestre. E o MST, não pode em hipótese alguma se esquivar de sua proposta original, se mantendo fiel as suas ideias, carregando na mente a força deste povo, que na origem deram seu sangue por esta causa. Uma vez que o campo do social é uma guerra de trincheiras (Ferreira 2011).

REFERÊNCIAS

LIMA, M. da S. ; ABREU, C. B. de M. **A Educação do Campo e os textos Constitucionais: um estudo a partir da constituição federal de 1934.** IX ANPED SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012. LEINEKER. Universidade de

Caxias do Sul. Jan. 2012. Disponível em:
<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1772/79>>
Acesso em: 19 jan. 2015.

BERNARDO, M. F. et al; **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação**; org. Clarice Aparecida dos Santos. -- Brasília: INCRA; MDA, 2008. Disponível em:
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204234-487363-It_Por_uma_educacao_do_cam-2328841.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

DIÁRIO OFICIAL A UNIÃO, 2013. Disponível:
<<http://www.ufrgs.br/renafor/files/2015/05/Portaria-MEC-n.%C2%BA-579-de-2-de-julho-de-2013-Institui-a-Escola-da-Terra.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

DOURADO, L. F. Elaboração de políticas e estratégias para a Prevenção do Fracasso Escolar – Documento Regional Brasil: fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. **Ministério da Educação Secretaria de Educação Infantil e Fundamental Departamento de Políticas Educacionais**. Brasília. Maio 2015. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/sistema_nacional_formacion_profesores.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FERREIRA, F. A. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 127 – Dezembro de 2011. Mensal – Ano XI – ISSN 1519 - 6186. Disponível em:
<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12438/8335>>. Acesso em: 21 out. 2014.

FILHO, P. O. **Políticas Públicas de Educação do Campo: o caso do MST**. Curitiba: Pontifca Universidade Católica do Paraná, 2009. Disponível em:
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Políticas%20publicas%20de%20educacao%20do%20campo.%20O%20caso%20do%20MST.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**, 5ª ed. Edição Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. Disponível em: <<https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-a-ordem-do-discurso-aula-inaugural-no-college-de-france.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. In: __ **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 6ª edição. 2006 p.41-57.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Pro-jovem – Campo – Saberes da Terra. Programa Nacional de Jovens e Adultos Agricultores (as) Familiar Integrada à qualificação social e profissional. Brasília 2009. Disponível em:
<http://www.oei.es/pdfs/projovem_projetobase2009.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SILVA, M. S. **As Práticas Pedagógicas das escolas do campo: A Escola na Vida e a Vida como Escola**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. (p.78-81).

SILVA, J. S. da. **Êxodo rural e Educação campesina: duas faces e uma realidade**. 3º SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA E DO VII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. Publicado em anais da (VII EPEAL) 2014. Disponível em: <<http://epeal2014.dmd2.webfactional.com/trabalhos-identificado/1265-com-identificacao.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

OLIVEIRA, M. , E. B. de. **Terra, trabalho e escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba**. JP: UFPB/CCEN, 2010. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/mara_edilara.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2015.

OLIVEIRA, A. de. & LOPES, A. C. 2011. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. Cadernos de Educação/ FaE/PPG/UFPel/ Pelotas [38]: 19-41, Janeiro/abril. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1541/1448>>. Acesso em: 14 out. 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**/ 11ª edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2013.

INEPE/ MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Panorama da educação no campo. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 44 p.; tab. Disponível em: <<http://www.redler.org/panorama-educacao-campo.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.